



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH.



ATA EXECUTIVA

Reunião Plenária Ordinária
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH

1
2
3

4 **Data:** 09 de dezembro de 2014.

5 **Local:** Palácio dos Bandeirantes, Salão dos Pratos, Av. Morumbi, nº. 4500, São Paulo - SP.

6 **Conselheiros pelo segmento Governo do Estado de São Paulo:**

- 7 • Walter Tesch, Secretário Executivo do CRH;
- 8 • Zuleica Maria de Lisboa Perez, Secretaria de Meio Ambiente;
- 9 • Fernanda Bandeira de Mello, Secretaria de Energia;
- 10 • José Roberto Generoso, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional;
- 11 • Mônica Bergamaschi, Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- 12 • Luiz Sérgio Ozório Valentim, Secretaria da Saúde;
- 13 • Marcelo Poci Bandeira, representando a Secretaria de Logística e dos Transportes/IDH;
- 14 • Fernando Batolla Junior, Secretaria Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia;
- 15 • Eloisa Holanda Rolim, Secretaria da Casa Civil;
- 16 • Andrea Sandro Calabi, Secretaria da Fazenda;
- 17 • José Afonso Carrijo, Secretaria Educação;
- 18 • Antonio Vaz Serralha, Secretaria da Fazenda.

19 **Conselheiros pelo segmento Municípios:**

- 20 • Benedito Rafael da Silva, P.M. de Salesópolis - Grupo 1;
- 21 • José Mauro Dedemo Orlandini, P.M. de Bertioga - Grupo 3;
- 22 • Miderson Zanello Milleo, P.M. de Taquarituba - Grupo 4;
- 23 • Jairo da Costa e Silva, P.M. de Tarumã - Grupo 5;
- 24 • Eunice Mistilides Silva, P.M. de Jales - Grupo 8;
- 25 • Marcos Antonio Ferreira, P.M. de Patrocínio Paulista - Grupo 9;
- 26 • João Gualberto Fattori, P.M. de Itatiba - Grupo 11.

27 Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil Organizada:

- 28 • Jorge Rocco – CIESP;
- 29 • José Eduardo Coscrato – FAESP;
- 30 • Luis Carlos Orsi – AFCRC;
- 31 • Hugo Marcos Piffer Leme – ASSEMAE;
- 32 • Maurício Nosé – SINTEC;
- 33 • Alceu Guérios Bittencourt – ABES;
- 34 • Antônio Melhem Saad e Mateus Simonato – ABGE;
- 35 • Maria Luisa Taborda Ribeiro – Fundação SOS Mata Atlântica;
- 36 • Cláudio Bedran – Planeta Verde.

37 Comitês de Bacias Hidrográficas:

- 38 • Rosângela Aparecida César - CBH-SMT;
- 39 • David Franco Ayub - CBH-ALPA;
- 40 • Suraya Modaelli - CBH-AP;
- 41 • João Ramos representando o CBH-AT;
- 42 • José Mauro Orlandini e Maria Wanda - CBH-BS;
- 43 • Luiz Otávio Manfré - CBH-BT;
- 44 • Carlos Eduardo Alencastre – CBH-PARDO;
- 45 • Sandro Roberto Selmo e Murilo Cavalheiro - CBH-PP;
- 46 • Roque Joner e Suraya Modaelli - CBH-MP;
- 47 • Ney Akemaru Ikeda - CBH-RB;
- 48 • Fábio M. de Sousa representando o CBH-SJD;
- 49 • Marcos Antonio Ferreira e Irene Sabatino Niccioli - CBH-SMG;
- 50 • Marcelo Forbes - CBH-TJ;
- 51 • Helio Cesar Suleiman - CBH-TG.

52 Convidados com direito a voz:

- 53 • Ana Lúcia Aurélio – SSRH-CORHI,
- 54 • Luiz Fernando Carneseca - DAEE CORHI;
- 55 • Maria Emilia - CETESB- CORHI,
- 56 • Laura Stela Perez - SMA/CPLA CORHI.

57 **ABERTURA.**

58 O Secretário Executivo do CRH Walter Tesch agradeceu as presenças e deu início aos
59 trabalhos.

60 **APROVAÇÃO DA ATA.**

61 Aprovada por unanimidade a Ata da reunião plenária Extraordinária realizada em 09 de
62 setembro de 2014.

63 **INFORMES SECRETARIA EXECUTIVA.**

64 O Secretário Executivo informou que complementarmente enviou aos Conselheiros
65 resumo das atividades do CRH, projetos CORHI de interesse do Estado e os projetos
66 financiados pelo Fundo Estadua-FEHIDRO e demais informações referentes ao
67 quadriênio 2011-2014. Comunicou que São Paulo através do Governador Decretou
68 adesão ao Pacto Nacional das Águas Pró Gestão. Que está em andamento em caráter
69 Nacional o Plano Nacional de Segurança Hídrica e que na última reunião COFEHIDRO
70 foi apresentado o Relatório de balanço das atividades também disponível pela internet
71 no renovado portal SIGRH, juntamente com proposta de estudos para melhoria
72 contínua da qualidade de funcionamento do Fundo e do Manual de Procedimentos
73 Operacionais FEHIDRO, o balanço da cobrança pelo uso da água sserá impresso na
74 edição de janeiro do Jornal Correnteza e disponibilizado pelo site. Foi realizado um
75 Seminário sobre as orientações da política Nacional de Irrigação para formular a
76 política estadual atendendo a demanda de diversos Planos que já chegam como
77 demanda nos CBHs. Em função da Resolução CNRH-Conselho Nacional de Recursos
78 Hídricos para a mobilização conjunta dos territórios impondo obrigações aos CBHs e ao
79 CRH foi articulado trabalho de mobilização frente a eventos extremos de natureza
80 hídrica. Após as informações gerais houve informe resumido das atividades das
81 Câmaras Técnicas-CTs com o balanço quadriênio 2011-2014, destacando que a CTPA-
82 Proteção das Águas desenvolveu o Programa Água+Biodiversidade possibilitando o
83 Pagamento pelos Serviços Ambientais-PSA e a partir de 2013 com a avaliação da
84 viabilidade para financiamento do PSA pelos recursos FEHIDRO, além de outras fontes,
85 analisando as experiências em execução no Estado identificando o financiamento
86 utilizado e a articulação entre as diferentes fontes de recursos. O cronograma de
87 trabalho para 2015 prevê continuidade dos trabalhos do PSA subsidiando o Conselho
88 para se necessário recomendar a utilização do PSA. Pela CT AS-Águas Subterrâneas em
89 2014 desenvolveram importantes trabalhos com estudos e discussões concentradas no
90 Aquífero Guarani para criação de uma possível área de proteção, principalmente em
91 sua área de afloramento, e para tanto criaram um Grupo de Trabalho específico, com a
92 realização de um evento sobre o Aquífero Guarani que teve participação de todo
93 colegiado. O GT Nitrato emitiu documento sobre a impossibilidade de utilização da
94 água acima do limite permitido de nitrato, prosseguiu com a elaboração de diversas

95 orientações sobre o nitrato, com a previsão de finalizar em novembro/2015. Dentro do
96 Plano de trabalho 2015 além da continuidade dos estudos e discussões sobre o
97 Sistema Aquífero Guarani até que se defina um instrumento de proteção adequado às
98 suas necessidades e peculiaridades, consta outro item para propor alternativas de
99 mitigação da contaminação das águas subterrâneas por Nitrato. Os desafios da CTAS
100 incluem continuidade dos debates com os CBHs sobre a proteção do Sistema Aquífero
101 Guarani e passos subsequentes entre os quais a aplicação de instrumentos normativos
102 existentes e/ou complementar com instrumento legal, propor alternativas para a
103 proteção de aquíferos e mitigação da contaminação das águas subterrâneas por nitrato
104 e discutir alternativas de utilização das águas subterrâneas em momentos de estiagens
105 prolongadas. A CT Cob-Cobrança estabeleceu normas e procedimentos para a
106 implantação da cobrança nos CBHs e roteiro de elaboração do estudo de sua
107 fundamentação, além da análise das diversas propostas de cobrança pelos CBHs.
108 Realizou quarenta e oito reuniões, discutiu o coeficiente ponderador X13 de
109 transposição de bacia no estabelecimento das definições e metodologia de cálculo do
110 ponderador, analisou solicitação do CBH PCJ para a atualização e revisão dos valores
111 de cobrança, revisaram a Deliberação CRH 90/2008 que dispõe sobre procedimentos,
112 limites e condicionantes para as propostas dos CBHs do qual resultou criação de um GT
113 específico, e que irá definir o novo cronograma de 2015 para reuniões com os CBHs
114 visando um processo participativo de elaboração da Deliberação, e dentro do Plano de
115 trabalho para 2015 sugeriram a continuidade das análises dos estudos de
116 fundamentação e Deliberações para implantação da cobrança dos CBHs LN, MP e
117 ALPA, análises eventuais para revisão das cobranças já implantadas, elaboração de
118 minuta de Deliberação estabelecendo mecanismos e critérios para a revisão da
119 cobrança e reuniões com CBHs para debate da minuta de Deliberação para estabelecer
120 mecanismos e critérios para a revisão da cobrança com a elaboração de uma Minuta de
121 Deliberativa. A CTPLAN- Planejamento apreciou os valores dos critérios de distribuição
122 dos Recursos FEHIDRO para cada exercício, analisou projetos de interesse Estadual
123 propostos pelo CORHI, promoveu a eleição e posse de novos representantes dos
124 seguimentos, a discussão e proposição do programa de trabalho da Câmara de Técnica
125 para o exercício seguinte, acompanhou e apreciou a publicação do Relatório Situação
126 dos recursos hídricos no Estado de São Paulo/2009, participou da discussão e revisão
127 da Deliberação CRH 62/2006 e a elaboração da Minuta da Deliberação 146/2012
128 conjuntamente com a CTCOB, CTAS e CTUM. Participou do processo de discussão e
129 revisão da Deliberação CRH 80/2008, da elaboração da minuta da Deliberação CRH
130 147/2012 consolidado no relatório com dados de demanda de água e utilização dos
131 recursos da Cobrança pelo uso da água ponderado de acordo com a criticidade da
132 UGRHI com sugestão que o SinFEHIDRO incorpore a presente informações de
133 criticidade dos empreendimentos e à necessidade de que, em relação às Áreas de
134 Conservação, os dados estaduais e federais sejam consolidados. Em 2014 acompanhou
135 a publicação do Relatório de Situação 2012 e instituiu o GT-Enquadramento com
136 participação de CTAS, CTPA e CTUM, CRHi, CETESB e DAEE para atender a demanda
137 do CRH e CBHs quanto à necessidade de discussão e estabelecimento de diretrizes e
138 critérios gerais orientativos para subsidiar os Estudos de Fundamentação das Propostas

139 de Atualização do Enquadramento dos corpos d'água no Estado de São Paulo sendo
140 que os primeiros resultados foram apresentados no Seminário de Gestão Integrada dos
141 Recursos Hídricos do Estado de São Paulo-Subsídios para revisão dos Planos das Bacias
142 Hidrográficas realizado em junho de 2014. Do Plano de trabalho 2015 consta o
143 Seminário Enquadramento dos corpos d'água Superficiais no Estado de São Paulo,
144 elaboração do documento Subsídios ao estabelecimento de diretrizes para o
145 Enquadramento dos corpos d'água superficiais no Estado de São Paulo para discussão
146 no âmbito do SIGRH. O GT-Enquadramento promoverá o debate com os órgãos
147 gestores CETESB e DAEE para implementação do enquadramento. Como desafio
148 deverá discutir as questões de enquadramento dos corpos d'água em consonância com
149 aspectos do gerenciamento costeiro, abrangendo as águas salobras e salinas e
150 promover a articulação técnica e institucional para realização dos Estudos de
151 Fundamentação das Propostas de Atualização do Enquadramento dos corpos d'água
152 nas UGRHIs. A CT AJI-Assuntos Jurídicos e Institucionais atuou de acordo com as
153 demandas do Conselho analisando Minuta de Deliberação que referenda a proposta
154 dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais nas Bacias
155 Hidrográficas dos rios Aguapeí e Peixe e minuta de Deliberação CRH que aprova a
156 Deliberação CBH-AT nº 21, de 18/12/2013 que trata da proposta de anteprojeto de Lei
157 Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê-
158 Cabeceiras. Renovou os membros da Sociedade civil na composição CTAJI e a escolha
159 do novo coordenador. Elaborou Minuta prorrogando o prazo da Deliberação CRH nº 90,
160 de 10/12/2008. Minuta de Deliberação CRH, que referenda a proposta dos mecanismos
161 e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos,
162 conforme disposto na Deliberação CBH-PP nº 156, de 13/06/2014. Minuta de
163 Deliberação CRH que trata referenda a proposta dos valores dos Preços Unitários
164 Básicos-PUBs, da cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos de
165 domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias Hidrográficas PCJ. A Minuta de
166 Deliberação que referenda a proposta de alteração da classe de qualidade da água do
167 Ribeirão Lavapés, no Município de Botucatu, e por fim a Minuta de Deliberação que
168 ratifica a Deliberação CRH nº 164, de 09/09/2014. A CTEA-Educação Ambiental
169 promoveu a comunicação social, difusão de informações e mobilização em recursos
170 hídricos fomentando a integração e articulação de ações de educação ambiental nas
171 bacias hidrográficas com a formação continuada em recursos hídricos para os
172 professores e agentes multiplicadores nas UGRHI's, realizaram cinquenta e dois cursos
173 de capacitação e a FIESP realizou seis Seminários de Reuso da Água voltado para os
174 usuários industriais, e implementou programas de capacitação dos representantes do
175 sistema para gestão de recursos hídricos com o Instituto Agrônomo de Campinas e
176 outras instituições como o Conselho e CBHs para elaborar e implementar programas e
177 eventos. Tem implementado a política de educação ambiental e planos ou programas
178 de educação ambiental nas UGRHI's. Como proposta de trabalho para 2015 tem a
179 capacitação e mobilização social de informações mantendo a periodicidade de reuniões
180 com no mínimo quatro reuniões ao ano, articulação e trabalho integrado com
181 fortalecimento das CTs nos CBHs e desenvolvimento e implantação dos programas de
182 educação ambiental. Também foi comunicado ao Conselho a ampla participação do

183 CRH no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, inclusive em suas CTs, tratando de
184 temas importantes no território nacional como as águas subterrâneas, a exploração do
185 gás xisto, a gestão de recursos hídricos e a relação do Brasil com as bacias
186 transfronteiriças.

187 **APRESENTAÇÕES.**

188 **a) Resultados do XII Diálogo Interbacias.**

189 Mais de 7200 pessoas já participaram desde o primeiro evento com o envolvimento
190 crescente não só de professores, mas de técnicos e órgãos públicos. O Diálogo iniciou
191 com a participação de quatro CBHs e a partir de 2007 conta com os vinte e um CBHs, e
192 em 2004 formalmente a Secretaria de Estado de Educação participa como
193 representante com todas as noventa e duas Diretorias de Ensino. Os resultados são
194 dispostos em um site permanente do Diálogo além de disponibilizarem materiais e
195 apresentações, a Revista Diálogo com enfoque didático, artigos técnicos e matérias
196 especiais e um material para os participantes que pode ser utilizado não apenas no
197 evento, mas também o ano todo porque contém informações de todas as bacias
198 hidrográficas e informações sobre o sistema. Há também uma outra publicação,
199 "Caderno Resumos". A partir do Diálogo efetivou-se a mobilização da CT Educação
200 Ambiental ou em forma de GT nos CBHs. Promoveu em consonância com a Resolução
201 05 CNRH junto aos CBHs o desenvolvimento e apoio das iniciativas de educação
202 ambiental de acordo com a política nacional de educação ambiental, e desde 2001 no
203 Plano de Recursos Hídricos as ações de educação ambiental, também desde 2004 pela
204 demanda da Sociedade civil quando o CNRH instituiu as competências da CT Educação
205 Ambiental a inclusão da educação ambiental no Plano Nacional de recursos hídricos e
206 por fim os Encontros Normativos Nacionais de Educação Ambiental para a gestão de
207 recursos hídricos. A CTEM recomendou a década brasileira da água que se tornou um
208 Decreto Presidencial. Moção recomendando identificação de bacias hidrográficas com
209 placas indicativas dos cursos d'água. Resolução 98 como base para Plano de educação
210 ambiental em todos Estados e Resolução que estabelece diretrizes para educação,
211 desenvolvimento de capacidades e mobilização social, informação e capacitação para a
212 percepção de riscos de vulnerabilidades, prevenção e mitigação, aumento da resiliência
213 frente a desastres inerentes às questões hídricas. A Vice-presidente do CRH, Zuleica
214 Lisboa Perez (Secretaria de Meio Ambiente) parabenizou todos os trabalhos. Ressaltou
215 a importância de fornecerem cada vez mais informação e articulação, e frente às
216 demandas para aprimorar o cumprimento das metas e desafios da educação ambiental
217 agendou reunião para janeiro de 2015 entre a Coordenadoria de Educação Ambiental e
218 os CBHs tendo como objetivo também elaboração da estratégia para um Encontro em
219 março de 2015 com os CBHs.

220 **b) Relatório de acompanhamento do PERH-Plano Estadual de Recursos Hídricos**
221 **2012-15.**

222 A elaboração durou aproximadamente um ano e meio com relevantes esforços para
223 mobilizar todas as instâncias do sistema comprometerem-se com ações e programas a
224 serem desenvolvidos, definir e identificar os recursos financeiros envolvidos,
225 responsáveis pela execução das ações, e os indicadores de acompanhamento. Resultou
226 em 1170 ações identificadas sendo filtradas em 691 ações válidas divididas em 358
227 compromissos de demandas com diversas subdivisões. De forma resumida, como
228 resultado do processo no primeiro ano de implementação apontou avanço médio de
229 5% no número dos compromissos pactuados e 4% dos investimentos, formulando
230 cinquenta e dois novos compromissos por demandas passíveis de serem atendidas ou
231 que ainda não tinham sido analisadas, sendo 28 pelo Estado, 20 pelos CBHs e 04 da
232 Sociedade civil organizada. No resumo no primeiro ano de implementação do Plano as
233 cinco áreas temáticas tiveram 366 compromissos distribuídos em 156 componentes
234 específicos com valor estimado em R\$17 milhões considerando os novos
235 compromissos. A apresentação também apresentou diversos números e ações
236 executadas. As ações dos CBHs perpassam todo o PERH com propostas em todas as
237 áreas temáticas.

238 **DELIBERAÇÕES.**

239 **Foi aprovada por unanimidade a DELIBERAÇÃO CRH N° 166, de 09 de dezembro**
240 **de 2014, que aprova o relatório de Situação dos Recursos Hídricos no Estado de**
241 **São Paulo ano base 2012.**

242 Como objetivo do Relatório foi monitorada a evolução da situação dos recursos hídricos
243 com indicadores de acompanhamento, promover e facilitar a comunicação pública e
244 subsidiar a tomada de decisão para a gestão dos recursos hídricos. Os dados utilizados
245 foram sempre fontes oficiais. Resumidamente, apresentando as conclusões principais,
246 verificou-se que os maiores volumes outorgados em termos de quantidade estão nas
247 UGRHI's do Alto Tietê, Piracicaba Capivari e Jundiaí e na Baixada Santista, que no
248 balanço entre demanda subterrânea reservas exploráveis são favoráveis mas começa
249 já a ficar em situação de atenção no Pardo, PCJ, Alto Tietê, Tietê Jacaré e Turvo
250 Grande, que há dependência das águas superficiais mas cresce a exploração das águas
251 subterrâneas. Em relação à qualidade a rede de monitoramento está em expansão e os
252 resultados do IQA tem evoluído, mas há problemas nas UGRHI's mais populosas. Níveis
253 de nitrato tem diminuído, mas ainda há casos de contaminação no aquífero Bauru. Em
254 relação ao saneamento houve aumento significativo na coleta, tratamento e eficiência
255 do sistema e o efluente doméstico não tratado no Estado resulta ainda grandes
256 proporções de lançamento. Praticamente 100% dos resíduos urbanos no Estado são
257 destinados adequadamente, o abastecimento de água está em 90% e os índices de
258 perda em torno de 35%.

259 Maria Luisa Taborda Ribeiro, "Malu", (Fundação SOS Mata Atlântica) ressaltou que a
260 situação gravíssima de crise hídrica afetando quatorze bacias hidrográficas não
261 constava do Relatório de Situação porque estava baseado em dados fornecidos pelo
262 ano de 2012, mas que o CRH estava atento à situação. Em relação à criticidade os
263 dados não mostravam interferência das exportações de cargas entre as bacias. Propôs
264 encaminhamento para nos próximos Planos incluir a meta de universalização do
265 saneamento chegando aos 100% até 2018, a meta de recuperação florestal de 20%
266 até 2020 e a solução da gestão para a transposição de bacias interestaduais. A Vice-
267 presidente concordou. Cláudio Bedran (ONG Planeta Verde) disse que faltavam pontos
268 de monitoramentos da qualidade da água em diversos afluentes de rios importantes,
269 solicitou mais informações sobre a coleta e destinação dos resíduos sólidos e a
270 necessidade de revisão urgente de aspectos para a recuperação e reflorestamento pela
271 Portaria 32. A Vice-presidente compromete-se a tratar com os Secretários de Estado os
272 aspectos da recuperação florestal.

273 **Foi aprovada, com um voto contrário do Prefeito Marcos Antonio Ferreira (P.M.**
274 **de Patrocínio Paulista), a Deliberação CRH nº 168, de 09 de dezembro de 2014,**
275 **que dispõe sobre a aplicação dos recursos FEHIDRO referentes a 2015 e os**
276 **percentuais de distribuição entre os colegiados do Sistema Integrado de**
277 **Gerenciamento dos Recursos Hídricos.**

278 Cláudio Bedran solicitou reconsideração dos índices percentuais na distribuição dos
279 recursos FEHIDRO face aos graves problemas em algumas bacias como por exemplo a
280 bacia do Pardo. O Prefeito Marcos Antonio considerou que os Comitês tem debatido e
281 se esforçado para melhorar continuamente índices quantitativos dos recursos
282 hídricos em suas respectivas bacias e tem demonstrando alto grau de
283 comprometimento, portanto seria importante premiar os Comitês que tem realizado um
284 trabalho bem feito. O Secretário Executivo considerou que houve ampla discussão dos
285 percentuais e foi pactuado entre os CBHs baseado em fundamentos técnicos, mas
286 abriu possibilidade para discussão e revisão dos índices de 2016, com o que concordou
287 a Vice-presidente. Cláudio também solicitou se poderiam aproveitar os trabalhos do GT
288 Agrotóxicos no CONSEMA. A Vice-presidente então pautou uma apresentação a ser
289 desenvolvida pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento e a Coordenadoria
290 Agropecuária.

291 **ASSUNTOS GERAIS.**

292 Malu Ribeiro propôs Moção de apoio referente a regulamentação da recuperação
293 ambiental no Estado de São Paulo pelo PL 219 para que atenda o texto do novo Código
294 Florestal nas medidas propostas pelo Artigo 4º referente a quantificação de metragem
295 e para as bacias onde há escassez hídrica. José Eduardo Coscrato (FAESP) discordou
296 argumentando que o PL 219 tinha sido amplamente debatido pela sociedade e deveria
297 ser urgentemente votado na Assembleia Legislativa. Enfatizou que os produtores rurais

298 tem responsabilidade com o meio ambiente e a água, tendo sido demonstrado pela
299 colaboração com ações de gestão do Estado como o CAR-Cadastro Ambiental Rural e o
300 Ato Declaratório de outorga da água. Sérgio Valentim (Secretaria de Saúde) convidou
301 todos para o IV Seminário Água e Saúde em São Carlos, e quanto a Moção disse que
302 parecia haver mérito na questão mas não havia elementos suficientes para encaminhar
303 a votação, deveria ter sido pautada antecipadamente, sugeriu colocar o tema na pauta
304 da próxima reunião com material suficiente para uma discussão mais aprofundada.

305 Tendo sido cumprida a pauta da reunião e devendo na sequencia ocorrer a reunião
306 Extraordinária do Conselho a Vice-presidente agradeceu as presenças e deu por
307 encerrada a reunião.

308 Esta Ata está em conformidade com a taquigrafia da Ata completa que contém a
309 íntegra de todos os pronunciamentos desta reunião Ordinária.

310 **Zuleica Lisboa Perez**
311 Vice-Presidente CRH

312 **Walter Tesch**
313 Secretário Executivo CRH